

ENTRE LINHAS FÉRREAS: RELATOS DA OCUPAÇÃO DO TAMBOR E A EXPULSÃO PARA O CONJUNTO AUSTRO FRANÇA EM CAMPINA GRANDE - PB

Janiely Ferreira Lopes ¹

RESUMO

Compreender a história para além dos registros oficiais se torna um movimento permeado pela visão crítica da nossa realidade, e da importância dos atores sociais na dinâmica da cidade, em vista disso, o artigo com caráter de denúncia articula discussões sobre a “Ocupação do Tambor” localizada na cidade de Campina Grande - PB e os processos de ascensão do bairro, como também a lógica de verticalização que se iniciou, bem como a criação de conjuntos habitacionais às margens do espaço citadino, longe dos centros urbanos. Isso significa fazer um recorte horizontal da cidade relacionando para o conjunto habitacional. Por fim, a partir das análises de narrativas de moradores que foram realocadas forçadamente para um exemplo desse conjunto, o Austro França, hoje conhecido como Velame, procurando a partir de suas falas compreender o processo de exclusão e a identificação dessa comunidade na sua rua Judivan Cabral.

Palavras-chave: História Local; Tambor; Narrativas; Velame.

INTRODUÇÃO

No construto dos estudos sobre história local, e a compreensão metafórica que a cidade pode ser compreendida como um texto, narrativas de comunidades populares que são estigmatizadas (SILVA, 2017) e sofrem um processo de distanciamento dos polos centrais citadinos que historicamente são marginalizados e não reconhecendo a produção de cultura dessa população, mas que mesmo vista com maus olhos, inter cruzam a cultura elitista e patrimonialista que se constrói na cidade. O cerne das discussões remonta a escala da rua Judivan Cabral localizada no bairro do Velame em Campina Grande -PB, entre os moradores desse espaço existe um narrativa em comum, são oriundos da travessa Lucas Arruda localizada no bairro tambor, também conhecida como a “Invasão do Tambor” que devido a proximidade das linhas férreas, e a falta de saneamento básico, acesso à educação, saúde e trabalho durante o ano de 2000, ocorreu um processo de realocação abrupta desses moradores para o conjunto habitacional Austro França.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Bolsista no grupo PET-Pedagogia da UFCG. E-mail: Janiely.ferreira.lopes@gmail.com.



Primeiramente a título de esclarecimento, gostaria de pontuar que durante o trabalho irei me referir como Ocupação do Tambor, e não como invasão, pois quando pensamos em invasão acabamos por associar a violência e criminalidade, ou seja como se um espaço de alguém foi tomado, colocando os sujeitos os classificando como “invasores” e pessoas de má índole, e no caso das ocupações elas se tratam de um ato político, a apropriação de algo sem dono ou abandonado, reivindicando o direito ter uma moradia, que está previsto na Constituição Federal de 1988, no Art.6º como direitos sociais. Desse modo, esses direitos são competências comuns de estados e municípios.

Esse trabalho justifica-se por ser oriundo da solicitação feita pela professora Dr.^a Keila Queiroz e Silva, referente à avaliação da disciplina de História II na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como critério para obtenção de nota do primeiro estágio da unidade, realizado durante o período de ensino remoto extraordinário 2021.1 (realizado entre Outubro de 2020 e Abril de 2020) do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no cenário de excepcionalidade sanitária provocada pela Covid-19.

Sendo assim, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseado na metodologia da história oral, a qual nos respaldamos no estudo de Bosi (2003), com o objetivo de compreender, por intermédio das narrativas orais de duas moradoras da invasão do tambor, localizado em Campina Grande -PB que por volta do ano que 2000, devido a uma lógica de verticalização da cidade, esses moradores foram realocados para o conjunto Austro França, hoje conhecido como bairro do velame.

Logo, a fim de refletir sobre tal experiência e dar subsídio à construção do referencial teórico-metodológico, foram utilizados autores como Farias (2014) que oferecem uma panorâmica sobre o bairro do Tambor; Silva (2014) apresentando as nuances do processo de verticalização da cidade de Campina Grande e Lima (2014) que por sua vez auxiliou na compreensão do processo de construção das políticas habitacionais para a população trabalhadora e Silva (2017) ao trabalhar com a história de bairros populares campinenses, fundamentada nas narrativas dos antigos moradores locais. Com o auxílio desses autores, pudemos formular reflexões e tecer considerações a respeito dos relatos das entrevistadas deste trabalho.

Ademais, no tocante a estruturação do presente trabalho, primeiro traçamos breves considerações a respeito da história local, voltado especificamente para contexto do Bairro do Tambor e sua dinâmica de valorização do espaço, e por fim discutir a respeito do processo de verticalização da cidade de Campina Grande e a lógica de criação de conjuntos habitacionais distantes dos centros citadinos. Em seguida, articulando com as discussões do tópico anterior

apresentamos a experiência com moradoras da “Ocupação do Tambor” e suas narrativas; e por último, tecemos algumas considerações sobre o processo de expulsão para o conjunto Austro França, como também o recorte espacial da rua Judivan Cabral em que esses moradores precisavam criar uma identidade apesar da violência sofrida.

A OCUPAÇÃO DO TAMBOR E SUAS IMPLICAÇÕES NA VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE

Pensar a história para além de livros didáticos, feitos notáveis e grandes personagens, que sempre se apresentam como homens brancos e aristocratas, apresentam uma perspectiva que coloca todos os sujeitos como históricos que fazem parte e criam a mudança e a construção da história. Portanto, numa perspectiva tradicional, esse sujeitos têm suas vozes caladas e desvinculadas da sua realidade, assumindo apenas uma linha narrativa normalmente entre os vilões e os mocinhos, por isso, compreende-se que a construção da história se torna coletiva e complexa, e é permeada por lutas e contradições, essa homogeneização se apresenta contra uma postura investigativa necessária para reconhecer as tramas que estão implicadas, que são essencialmente políticas, não existe um conhecimento histórico neutro.

[...] não se restringe ao conhecimento veiculado principalmente pelos manuais didáticos, instrumento que tem imposto um conhecimento histórico homogeneizador e sem sujeitos; que o conteúdo da História pode ser encontrado em todos os lugares; e que o conhecimento histórico está na experiência humana. (SCHMIDT, 2007, p.195)

Desse modo, os estudos sobre a História Local permitem a compreensão das nuances configuradas entre os grupos, indivíduos e instituições que produzem conhecimento histórico, notavelmente esse campo abre possibilidades, que auxiliam no questionamento que a produção de histórias ocorrem apenas em grandes centros urbanos, e por isso os princípios construtivos da história local possibilita um olhar investigativo do mundo em que fazemos parte, nosso cotidiano também está permeado pelo processo histórico numa relação do local com o geral imerso em um movimento de olhar o passado com os olhos do presente, os referenciais atuais que permitem a compreensão desse momento. E é nesse contexto que Viana (2016) afirma:

Assim, o compromisso da história local é com a construção de um universo plural que evidencia a necessidade do ensino e aprendizagem histórica reconhecadora do valor de todos os sujeitos sociais, sejam eles o “herói” nacional (Tiradentes, D. Pedro I ou II, Princesa Isabel) ou o pipoqueiro da esquina, a lavadeira da rua em que moramos ou a professora do grupo escolar daquela comunidade rural onde passamos a infância (p. 24)



Por isso, o contexto histórico do Bairro do Tambor é essencial para a discussão proposta em debate, espaço esse que atualmente apresenta uma valorização comercial pois se encontra no limite com o Bairro do Catolé e Itararé, esses bairros são bem localizados possibilitando o acesso a escolas, faculdades, revendedoras de automóveis, estádios de futebol e Shopping Center. Desse modo, essa dinâmica social da margem a compreensão para as realocações de famílias que estavam na chamada “Ocupação do Tambor” um conglomerado de casas construídas próximas a linhas férreas, resquícios da história da cidade que presenciou o auge do algodão, esse período foi nomeado de “Ouro Branco” em que Campina Grande era a segunda maior exportadora de algodão do mundo, por isso, o trem transportava para o bairro próximo a Estação Velha, para o recebimento, depósito e embarque do algodão vindo das regiões produtoras, por isso, o bairro do Tambor se encontra no cerne dessa dinâmica em um momento de ascensão econômica da cidade.

Mediante essa importância econômica atribuída ao Bairro, Farias (2014) em sua pesquisa sobre a avenida Assis Chateaubriand e sua mudança funcional ao longo dos anos, afirma que o bairro foi construído como resultado do êxodo rural, famílias da classe trabalhadora que buscavam nesse espaço uma busca de emprego no Distrito Industrial, bairro que faz divisa ao sul, por isso tentando residir mais próximo da trabalho e obter mais descanso economizando o salário. Nesse sentido, esse processo de pavimentação e alargamento da avenida principal contou com a Construtora Camargo Corrêa e os incentivos estatais por meio da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) que cortou o bairro na parte central para o acolhimento de empresas comerciais de diversos ramos, sejam elas nacionais ou internacionais nas áreas centrais.

Percebe-se que, de certa forma, essa pavimentação deu status de progresso ao bairro, que contava com posto fiscal, aeroclube que ficavam próximo e a presença de uma distribuidora de derivados de petróleo. Além da linha férrea que possibilitava o transporte de minério em grande escala para o sudeste, como também demandavam matéria-prima a Bentonit que vinha em caminhões do distrito de Boa Vista, por isso todo esse processo de dinamismo em transformação e a característica mais comercial em que o bairro foi se constituindo. De modo que, até o calçamento e o esgotamento de ruas foi realizado pelo prefeito Ronaldo da Cunha Lima que investiu em obras estruturais daquela localidade devido a sua ascensão, ainda mais que atraía trabalhadores devido a sua proximidade com o centro da cidade e com o distrito dos mecânicos, que oferecia oportunidade de emprego aos trabalhadores por isso considero um espaço de disputa entre as grandes empresas que se interessavam pelo o espaço e a comunidade que via ali uma oportunidade.



Nesse processo de valorização do espaço urbano, as famílias da classe trabalhadora disputavam espaço com grandes empresas e eram empurradas para as proximidades dos trilhos do trem, vivendo em barracas de madeira e taipa em condições insalubres a vida humana, por muitas vezes vinham buscar empregos nas indústrias próximas e se depararam com essas condições de vida, assim podemos ver a complexidade desse tecido urbano. Por isso, SILVA (2017) afirma o reconhecimento da “cidade como espaço pedagógico, como um texto polissêmico e contrastante e fundamentado em uma história e geografia a contrapelo foi a válvula propulsora da nossa trajetória”.

Consequentemente, na cidade de Campina Grande inicia-se o processo de verticalização, que ocorreu devido a necessidade de ampliação do espaço urbano valorizado, lógica que se construía no bairro do Tambor que passava por uma valorização imobiliária e financeira. Desse modo, visto o movimento de verticalização que ocorreu através de construções verticais de caráter residencial e comercial, evoluindo à medida que o espaço era modificado pela ação humana, por isso no que diz respeito a cidade Paraibana, Silva (2012) aponta que: “o processo de verticalização começa tarde em relação às cidades brasileiras, apenas a partir da década de 1990, surge de forma tímida, sem grande intensidade e com limitação.” mas as ações do mercado imobiliário em parceria com a administração pública apresentam um cenário de desapropriação de casas populares e a diminuição de terrenos vazios pela cidade, e os bairros que se destacam são: Catolé, Alto branco, Mirante, Prata, Bela Vista, Centro e o bairro de Bodocongó.

O crescimento do tecido urbano que implica em continuidades e descontinuidades decorrentes do processo de urbanização citadino e valorização de determinados bairros, realoca os moradores da camada trabalhadora para conjuntos habitacionais às margens das cidades. Desse modo, a exclusão acontece em duas formas: a primeira trata da exclusão ao acesso à terra pelos meios do mercado, ou seja, através da compra; a segunda diz respeito ao próprio direito à cidade, pois, em áreas de favela, os espaços de lazer, as praças, os equipamentos comunitários e a infra-estrutura são quase inexistentes. Logo, esses conjuntos habitacionais reforçam a segregação e fragmentação, empurrando a classe trabalhadora para áreas longínquas da cidade.

O conjunto habitacional Austro França foi construído pelo programa do Ministério das Cidades, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esse ministério foi criado especificamente com o objetivo de cuidar das políticas públicas para o espaço urbano brasileiro. Assim, os mecanismos de produção de moradia para a população de menor poder aquisitivo, tiveram sua dinâmica alterada, pois alguns instrumentos e mecanismos de participação popular foram colocados em prática. Anteriormente, como afirma Lima (2010) tivemos três momentos



distintos: a criação da Fundação Casa Popular, a criação do Banco Nacional de Habitação e a passagem da política habitacional para a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, mas essas políticas habitacionais eram marcadas pelo clientelismo, financiamentos das casas, a qual a classe trabalhadora não poderia arcar com as parcelas e serviram para legitimar o regime autoritário e para abrandar os conflitos urbanos.

Nessa conjuntura de políticas habitacionais, o conjunto Austro França, homenagem ao engenheiro civil que atuou como colaborador da gestão do prefeito Elpídio de Almeida, realizou a reforma e ampliação da Praça Clementino Procópio, com a construção do famoso abrigo Maringá; bem como teve responsabilidade direta na construção da Maternidade Municipal enquanto exerceu a função de Diretor de Obras da Prefeitura Municipal até o ano de 1952. Porém, a expulsão das famílias da “Ocupação do Tambor” ocorreu de maneira violenta, ferindo a dignidade humana, sem aviso prévio os caminhões de mudanças e as retroscavadeiras chegaram e obrigaram as famílias a se mudar, e em seguida demolindo as casas uma ação sem qualquer planejamento e respeito a esses moradores.

Desse modo, a próxima seção ilustra as experiências de algumas moradoras da “Ocupação do Tambor” que foram expulsas brutalmente para o conjunto habitacional Austro França, por meio de suas narrativas, expressando assim, múltiplas vivências com essa mudança forçada, e o processo de vinculação com Rua Judivan Cabral e os desafios encontrados nesse novo espaço.

RELATOS SOBRE O PROCESSO DE EXPULSÃO PARA O CONJUNTO AUSTRO FRANÇA E CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO

Os relatos aconteceram após um contato inicial, para explicar como ocorreria a entrevista, qual era o objetivo, para assim as entrevistadas construíssem os percursos narrativos, como as participantes são mãe e filha optei por elaborar uma oficina de memórias em uma data que ambas pudessem comparecer, e questionei se desejariam o uso de pseudônimos, ambas as entrevistadas recusaram e permitiram utilizar seus nomes reais, a primeira tem 56 anos e seu nome é Rosineide, e sua filha primogênita atende pelo nome Monalisa e tem 36 anos de idade, com a finalidade de que as trocas dialógicas fossem possíveis tracei um fio condutor, e enfatizei que ambas estavam livres para narrar sua experiência, Inicialmente, perguntei como foi o processo de chegada a “Ocupação do Tambor” e as condições nesse espaço?

Esse movimento de compreender a mesma história com duas pessoas que passaram o mesmo momento histórico mais em etapas diferentes permite, segundo Viana (2016) a

“compreensão do papel da história local para a constituição das identidades: individual e coletiva é a memória, já que ela permite o estabelecimento de vínculos entre as gerações”.

Desse modo, a metodologia da história oral se mostra essencial para a dinâmica do acontecimento, como citei anteriormente o bairro Tambor passava por uma ascensão com a criação de empresas oferecendo trabalho a população, e por isso BOSI (2004) afirma que "Mais que o documento unilinear a narrativa mostra a complexidade do acontecimento", e por isso compreender esse fato histórico que teve influências da lógica de verticalização da cidade e a criação de conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos da cidade de Campina Grande - PB numa perspectiva unilateral impede o atendimento do impacto desse processo nesses sujeitos e possibilita enxergar pontos de vistas distintos e por vezes contraditórios e com isso os desníveis presentes nas experiências de pessoas que compartilharam a mesma situação.

Na narrativa da mãe, que conta o processo de ocupação do terreno, que ocorreu por volta dos anos 90 e relembra o momento de dificuldade que ela passou sem uma casa própria, e com dois filhos na sua responsabilidade:

“invadir uma invasão para ter uma casa própria é sofrimento, eu trabalhava numa empresa e de repente me vi sem salário, atrasava muito, se eu pagasse aluguel não tinha como comer. Então eu tive que decidir, eu solteira com dois filhos e duas irmãs que morava comigo, tive que invadir então o que foi que eu fiz.. arrumei uma barraca de lona e me soquei com meus dois filhos lá, mesmo arriscando a minha vida e dos meus filhos. ” (ROSINEIDE, 2022)

A filha relembra das constantes enchentes que aconteciam no espaço que marcaram sua infância “o mais triste que a gente passou na nossa vida não foi dormir em cima de uma lona, foi as enchentes como a gente morava perto de uma lagoa, que era a rede de esgoto quando chovia inundava as casas da gente” . Segundo os relatos, observa-se a ausência do Estado e o total esforço da classe pobre e trabalhadora que, para permanecer na cidade e resolver o problema da falta de habitação, recorria à técnica da autoconstrução, “com ajuda dos meus colegas de empresa construí a casa de barro, em pleno domingo, tive muita ajuda ave maria,o pessoal da empresa foi solidário a mim, construí um vão só e a médica da empresa me deu as varas para puxar um banheiro usando os barros da lagoa que tinha lá ”.

Após dez anos morando na invasão, e algumas conquistas como água encanada e sua casa própria, mesmo que feita de barro e varetas estava feliz pela conquista própria, ambas disponibilizam uma foto do seu acervo pessoal, Figura 1, que remonta ao ano de 1994, em frente a casa da família na Travessa Lucas Arruda S/N, localizada no bairro do Tambor, entre as linhas férreas de trem e uma lagoa de esgoto a céu aberto, a casa simbolizada um bem de grande apreço para toda a família, um sinônimo de suor e dedicação de anos.

Por isso, de certa forma apesar da criminalidade da região, falta de saneamento básico e as condições precárias de vida, as moradoras da “Ocupação do Tambor” construíram uma relação de pertencimento com lugar, pois todos se ajudavam e se defendiam, visto que, todos passavam pelas mesmas dificuldades, ou seja, uma relação topofílica de afetividade a esse local por meio das amizades construídas, experiências e relações para melhor exemplificar essa relação a fala de D. Rosineide “ O local da invasão era perigoso? Era, tinha muito crime, mas eu tava gostando porque eu tava conseguindo criar meus dois filhos sem problemas, tava conseguindo alimentar e vestir eles.”

Por isso, França (2020) afirma que a rua “é um espaço feito, a princípio, por indivíduos que sentem a necessidade de viverem próximos, seja para se defenderem, seja para se ajudarem mutuamente ou mesmo para escoar a produção de mercadorias.”

Quando convidadas a narrar um pouco sobre as experiências de expulsão para o conjunto habitacional Austro França, hoje conhecido como bairro do Velame, Rosineide revela como aconteceu o processo de realocação, em um momento traumático de sua vida, pois havia perdido uma irmã recentemente e estava com a filha dela a seus cuidados, mesmo com dificuldades para criar seus filhos biológicos e argumenta “ invés de ter dois filhos, comecei a ter três.... mais uma boca pra alimentar, mas não me intimidei.”

Figura 1 - Família Ferreira na Invasão do Tambor.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



No que compete às narrativas sobre esse processo violento e a abrupto, o início da adaptação a esse novo bairro Rosineide (2022) apresenta:

Num domingo, ou sábado assim apareceu o Cássio Cunha Lima falando que a gente tinha que sair de lá, não disseram pra onde a gente ia, simplesmente disseram que tinha que sair de lá.. (...) no velame ficou tudo mais difícil eu não sabia como deixar meus filhos em casa sozinho pra ir trabalhar, na invasão todo mundo ajudava aqui não, meus filhos tiveram que ser adulto antes do tempo, pra não sofrer.

Quando chegou era uma casa descampada, sem asfalto tudo no barro, o ônibus não passava, eu tinha que andar 40 minutos para chegar na parada de ônibus, aí foi uma loucura dentro do Velame, quando eu cheguei passei a noite sem energia e meus troços que veio dentro do caminhão tudo misturado, eu perdi todos os meus documentos e dos meus filhos, meu gato sumiu, meu cachorro sumiu.

Eles não planejaram nada, simplesmente jogaram a gente em cima do caminhão com os nossos troços, e a gente que deveria ter cuidado eles não tava nem aí, simplesmente queria tirar da invasão, a gente nem conseguia vaga na escola o pessoal que já morava perto achava que quem vinha da invasão era marginal e não queria dar vagas para os meus filhos, tive que ir na secretária de educação.

Logo, o processo de identificação com a Rua Judivan Cabral, foi permeado por muitas lutas e dor, afinal era um momento de complexidade, o sonho da casa própria se concretizando mas com o sentimento de afastamento, de ser colocado em um bairro que não te querem presente. Porém, Monalisa relembra em seu relato que uma líder comunitário teve influência nesse processo de afetividade com rua, ela criava os meios para que as pessoas se sentissem pertencentes àquele espaço. "Teve um vizinho nosso, Toinho o nome dele todo mundo conhecia assim, ele fazia muitas festas principalmente destinadas às crianças na rua e a gente ficava unidos para elaborar e participar... tinha quadrilha no são João... carnaval e até queimar o judas no sábado de aleluia."

Desse modo, é nas festividades e brincadeiras que as crianças exercitam sua cidadania e construíram uma imagem positiva desse espaço e por isso, ambas relatam que se sentem satisfeitas com o bairro que moram, o Velame e as batalhas que lutaram a fizeram mais fortes "Quem fez isso aqui foi a gente, eles simplesmente jogaram a gente aqui e foram embora e a gente teve que caminhar com as nossas pernas" e compreendem as tramas de exclusão e violência que passaram, hoje o bairro do Velame fica ao sul da cidade e é próximo a avenida Juscelino Kubitschek que dá acesso a vários serviços para população.

No entanto, compreendem que a luta para o alcance de bens e serviços ainda continua, pois existe uma área descampada, que seria ideal para a criação de uma Academia ao ar livre com equipamentos de ginástica, e até mesmo brinquedos para que as crianças da comunidade

possam ter acesso a momentos recreativos, mesmo que durante 20 anos existe essa demanda no bairro ela nunca foi atendida pelo poder público, e esse espaço fica inutilizado mesmo com todo o potencial que oferece, por isso a comunidade aos poucos auxiliam na capinagem dos matos, plantação de árvores e limpeza do espaço para que ele fique agradável para todos da Rua.

Mediante às discussões do primeiro tópico e às narrativas apresentadas posteriormente, podemos analisar dois conceitos que interpelam o processo de expulsão para o conjunto Austro França, é que esse movimento se deu em meio a um recorte de valorização do bairro do Tambor em Campina Grande - PB, alvo de muitas indústrias e comércios devido a sua localização privilegiada, ao passo que ocorria uma lógica de verticalização crescente na cidade influenciado pela ação imobiliária vigente. Por isso, tal cenário remete ao conceito de desterritorialização. De acordo com HAESBAERT (2004) “A desterritorialização é assim definida como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos, a bens.”

No caso específico da comunidade em debate, implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços em que os sujeitos nutriam uma relação topofílica, ou seja, ocorreu essa quebra de vínculo com o território pautado no intermédio de relações capitalista que em um momento de ascensão econômica de um espaço, aqueles que não podiam arcar com nova lógica foram arrancados de suas casas de forma cruel e abrupta de seus territórios afetivos e funcionais. É importante ressaltar que ao passo que desterritorialização é o movimento do abandono do território, a reterritorialização é o movimento de construção do mesmo, ambos são movimentos simultâneos e indissociáveis, e por isso, após a expulsão classe da trabalhadora o espaço se tornou lugar comercial assumindo a coerência daquele dado momento.

Logo, essa segregação analisada pode ser compreendida pelo conceito de Gentrificação, ele pode nos dar respaldo para essa investigação e denúncia sobre a fragmentação social e residencial do espaço urbano contemporâneo. Conforme Mendes(2011) “a gentrificação pressupõe – pelo processo de substituição social que implica, de classes de menor estatuto socioeconômico pelas de maior – faz antever o acentuar dos traços de segregação socioespacial nas áreas onde o fenômeno tem lugar” . Dessa maneira, tal fenômeno é compreensível igualmente é reconhecido nas narrativas, um espaço urbano que foi construído de maneira não planejamento por meio da ocupação de famílias oriundas do êxodo rural em busca de empregos, se ressignificou após a expulsão e se tornou uma área nobre, atendendo a lógica de valorização de áreas antes desvalorizadas e por isso a classe trabalhadora passa a habitar outras localidades,



geralmente as periferias geralmente sem infraestrutura básica sofrendo pela distância do centro da cidade.

Por fim, após todas as discussões e conceitos evidenciados durante o trabalho podemos compreender a importância do trabalho com a história local, superando a invisibilização desses sujeitos que não se sentem pertencentes a história, pois, quando se manifesta o interesse por entrevistá-los surge primeiramente aquela dúvida se sua narrativa é pertinente para um trabalho acadêmico e contribui para entender uma escala maior como a cidade e que eles são protagonistas dessa história, com isso, a fala de D. Rosineide durante a oficina de memórias exemplifica bem esse sentimento de se entender como protagonista, pois ela não entendia porque sua história era importante para entender o traço do texto-cidade “Eu fiquei feliz me sentir valorizada, saber que as pessoas da universidade quer saber sobre minha história, sou grata por ter aguentado isso e ter ficado forte porque tudo foi verdade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a História Local por meio da articulação das narrativas das participantes e poder estar imersa, mesmo que brevemente naquele contexto histórico, permitindo ter um olhar mais crítico para o texto-cidade para compreender como as coisas se deram, e quais foram os objetivos. Afinal, nada se dá ao acaso, é fruto de tramas políticas de contradições entre agentes que disputam, e por isso analisamos mesmo que brevemente o contexto de ascensão do bairro do Tambor e porque as pessoas que viviam em barracos mancharam esse território valorizado, empurrando elas para conjuntos habitacionais longínquos, nada mais que exemplificando essa lógica que segrega, exclui e marginaliza a classe trabalhadora dos grandes centros, e por isso se torna importante pensar criticamente essa história que faz parte do texto-cidade de Campina Grande e assumir uma postura de denúncia mediante a violência sofrida por esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal de 1998. **Direitos sociais no ordenamento jurídico brasileiro.** Seção I - Educação. Art.6º.

FARIAS, Almir Cláudio de. **O processo de mudança funcional da Avenida Assis Chateaubriand no Bairro do Tambor, Campina Grande-PB.** 2014. Artigo (Graduação). Curso de Licenciatura Plena em Geografia. CEDUC/UEPB. Campina Grande - PB, 2014.



FRANÇA, João Paulo. **A cidade e as ruas: crônicas e memórias na Campina Grande na primeira metade do século XX**. Campina Grande: EDUFPG, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. in *Geographia*. nº17; Brasil. 2004.

LIMA, Yure Silva. **A política habitacional em Campina Grande**. João Pessoa: [s.n.], 2010. 115 f. il.

MENDES, L. (2011). **Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado**. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 473-495.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO. In: **Revista História da Educação - RHE**. Porto Alegre v. 16 n. 37 Maio/ago. 2012 p. 73-91. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/download/24245/pdf>. Acesso em 10 de out de 2022.

SILVA, Keila Queiroz e. OS BAIRROS DIZEM A CIDADE: O MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS “OUTROS” MORADORES URBANOS. Apresentação. **Mnemosine Revista**, Campina Grande – PB, v.8, n.4, out / dez, 2017. p. 164-177.

SILVA, Keila Queiroz e. Os bairros dizem as cidades: O mapeamento do matrimônio cultural os “outros” moradores urbanos. **MNEMOSINE REVISTA** / Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Humanidades. n. 4 (2017). Campina Grande: CH / UFCG, 2017-Trienal ISSN 2237-3217.

SILVA, Sílvio da Costa. **PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB, Um Crescente Processo na Urbanização e Desenvolvimento**. Curso de Licenciatura em Geografia à distância. Monografia (Graduação) 2014.

VIANA, José Italo Bezerra. **História Local**. Sobral. Editora INTA, 2016.